

Secretaria de Estado da Fazenda

17102 Encargos Gerais Sob a Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência
08.331.1201-2980	Contribuição do Estado ao Plano de Assistência a Saúde dos Servidores - Educação	80.138.635	0	0	80.138.635	0	0	0	0
08.331.1201-2981	Contribuição do Estado ao Plano de Assistência a Saúde dos Servidores	101.711.912	0	0	101.711.912	0	0	0	0
12.364.0000-9021	Acordo de Cooperação UFPA / Governo do Estado	12.200.000	0	0	12.200.000	0	0	0	0
17.512.1325-3066	Transferências à Companhia de Saneamento do Pará	317.370.000	0	0	0	0	317.370.000	0	0
22.691.1310-3033	Transferências à Companhia de Gás do Pará	1.500.000	0	0	0	0	1.500.000	0	0
28.122.0000-9044	Encargos com Despesas Bancárias, Cartorárias dentre outras	40.000	0	0	40.000	0	0	0	0
28.331.0000-9037	Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	54.655.628	0	0	54.655.628	0	0	0	0
28.331.0000-9038	Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP EDUCAÇÃO	7.028.656	0	0	7.028.656	0	0	0	0
28.841.1386-9004	Amortização e Encargos de Financiamento	190.428.253	0	78.689.420	0	0	0	111.738.833	0
28.842.1386-9001	Transferência à Companhia de Saneamento do Pará	7.790.038	0	0	0	0	7.790.038	0	0
28.843.1386-9006	Amortização e Encargos de Financiamento	473.432.102	0	193.279.284	0	0	0	280.152.818	0
28.844.1386-9007	Amortização e Encargos de Financiamento	93.666.208	0	23.694.160	0	0	0	69.972.048	0
28.845.0000-9003	Transferências Financeiras aos Municípios	1.982.877.552	0	0	1.982.877.552	0	0	0	0
28.846.1386-9002	Encargos com Débito com a Previdência	60.364.608	0	0	0	0	0	60.364.608	0
Total		3.383.203.592	0	295.662.864	2.238.652.383	0	326.660.038	522.228.307	0

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Promover o exercício da cidadania, a defesa dos direitos humanos, o acesso à justiça e o combate as discriminações sociais.

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
-------------------	--------

Lei nº 400, de 30 de agosto de 1951.	Cria a Secretaria de Estado de Interior e Justiça.
Decreto nº 1.674, de 21 de maio de 2009.	Cria a Câmara Técnica de Gestão do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Estado do Pará.
Lei nº 1.343, de 8 de junho de 1956.	Desvincula da Secretaria de Estado de Interior e Justiça o Departamento de Assistência aos Municípios.
Lei nº 1.693, de 15 de junho de 1959.	Extingue o Departamento Estadual de Segurança Pública da estrutura da Secretaria de Estado de Interior e Justiça.
Lei nº 4.780, de 19 de junho de 1978.	Dispõe sobre a organização da administração estadual, estabelece diretrizes para a reforma, e dá outras providências.
Lei nº 5.737, de 12 de fevereiro de 1993.	Cria o Centro de Prevenção e Recuperação de Dependentes de Drogas (CENPREN), cargos públicos para o seu funcionamento, e dá outras providências.
Lei nº 5.827, de 4 de março de 1994.	Dispõe sobre a reorganização e cria cargos e funções na Secretaria de Estado de Justiça – SEJU, e dá outras providências.
Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998.	Dispõe sobre a criação dos cargos de Secretários Especiais de Estado, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 24 de janeiro de 2003.
Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999.	Dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e institui o Colegiado de Gestão Estratégica, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 23 de agosto de 2003.
Lei nº 6.969, de 09 de maio de 2007.	Institui o Plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Pará.
Lei nº 6.983, de 19 de junho de 2007.	Dispõe sobre a reestruturação organo-funcional administrativa do Poder Judiciário.
Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007.	Altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organo-funcional da Secretaria Executiva de Estado de Justiça - SEJU, que passa a ser denominada de Secretaria de Estado de Justiça de Direitos Humanos - SEJUDH, e dá outras providências.